



RESOLUÇÃO SESA Nº 485/2014

(Publicada no Diário Oficial nº 9239, de 03/07/14)

Autoriza o repasse do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, destinados ao Incentivo Financeiro de Custeio para reforma e/ou recuperação de Unidade da Saúde da Família, no âmbito do Programa de Qualificação da Atenção Primária em Saúde – APSUS, para o Biênio 2013/2014.

O SECRETARIO DE ESTADO DA SAUDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 45, XIV da Lei 8.485 de 08.06.1987 e,

- considerando a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro;
- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática, em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;
- considerando a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentada pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, cujo art. 49 prevê que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde “poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere”;
- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de “captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde”, cuja gestão compete ao Secretario de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;
- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: “À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde”, em seu Item III – “compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde”; e,
- considerando a autorização do Senhor Governador do Estado do Paraná, com fulcro no Art. 20, caput, da Lei Complementar Federal 141/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar, o repasse financeiro no **valor total de R\$ 1.560.599,50 (hum milhão, quinhentos e sessenta mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos)**, do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, habilitados por meio das Resoluções nº 470/2014, 472/2014, 475/2014 e 478/2014, de forma regular e automática, na modalidade fundo a fundo. O Incentivo corresponde ao Custeio para reforma e/ou recuperação de Unidade da Saúde da Família, no âmbito do Programa de Qualificação da Atenção Primária em Saúde – APSUS, para o Biênio 2013/2014.



Art. 2º - Fica definido que os municípios pós-habilitados por meio de Resolução passam a receber o incentivo de custeio, conforme estabelecido no Termo de Adesão que cada município aderiu, conforme detalhado no Anexo I.

Art. 3º - A utilização dos recursos financeiros deverá atender as exigências legais concernentes à licitação a que estão sujeitas todas as despesas da Administração Pública.

Parágrafo Único: A documentação administrativa e fiscal deverá ser mantida em arquivo pelo período mínimo legal exigido.

Art. 4º - Os recursos transferidos serão movimentados sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo.

Art. 5º - A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será analisada com base no relatório de gestão: os Municípios deverão comprovar a observância do envio do Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 6º - Poderá a qualquer momento a Secretaria de Estado da Saúde por meio do Controle Interno, em parceria com o Fundo Estadual de Saúde, Gestor dos recursos financeiros destinados a ações e serviços públicos de saúde, fazer a verificação “in loco”.

Caso haja comprovado quaisquer irregularidades, estará o responsável sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992 – Agentes Públicos Improbidade Administrativa.

Art. 7º - As transferências de que trata esta Resolução serão suspensas aos municípios habilitados quando:

- I. Constatado durante a vigência do programa, o descumprimento do disposto no parágrafo terceiro do Decreto Estadual nº 7.986/2013;
- II. Ocorrer qualquer desvio de finalidade ao programa.

Art. 8º Os recursos orçamentários objeto desta Resolução correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, devendo onerar os seguintes Programas: Saúde para todo o Paraná.

- I. Ação: Transferência Fundo a Fundo a Municípios – Custeio para reforma e/ou recuperação de Unidade da Saúde da Família, no âmbito do Programa de Qualificação da Atenção Primária em Saúde – APSUS.
- II. Iniciativa: 4162 – Mãe Paranaense.
- III. Elemento de Despesa: 3341.4120.
- IV. Fonte: 100 – Tesouro do Estado.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1º de julho de 2014.

Michele Caputo Neto
Secretário de Estado da Saúde

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial**

Anexo I – Resolução SESA nº 485/2014

MUNICÍPIOS HABILITADOS POR MEIO DAS RESOLUÇÕES Nº 470/2014, 472/2014, 475/2014 e 478/2014.

	PROTOCOLO	CÓD. CREDOR	ENTIDADE	CNPJ	BANCO	AGÊNCIA	CONTA	OBJETO	VALOR TOTAL (R\$)
1	13.234.501-5	10052125	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SULINA	09.004.299/0001-27	104	1932	385-8	REFORMA	R\$ 149.993,75
2	13.231.831-0	10055941	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI	09.485.333/0001-22	104	0390	384-1	REFORMA	R\$ 38.170,35
3	13.231.797-6	10055941	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI	09.485.333/0001-22	104	0390	384-1	REFORMA	R\$ 38.170,35
4	13.231.880-8	10074003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASSAÍ	09.611.017/0001-50	104	0910	203-4	REFORMA	R\$ 40.000,00
5	13.231.813-1	10074003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASSAÍ	09.611.017/0001-50	104	0910	203-4	REFORMA	R\$ 40.000,00
6	13.169.674-4	10120742	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TEBAS	09.588.897/0001-90	104	1946	285-8	REFORMA	R\$ 83.611,67
7	13.181.104-7	10055928	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GODOY MOREIRA	09.476.005/0001-60	104	0724	363-3	REFORMA	R\$ 40.307,54
8	13.230.983-3	10064841	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUAMIRANGA	09.430.481/0001-40	104	0401	198-7	REFORMA	R\$ 107.910,89



9	13.130.137-5	10052090	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO RICO	09.267.309/0001-17	104	0967	242-6	REFORMA	R\$ 49.892,60
10	13.227.471-7	10051851	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JESUÍTAS	08.958.005/0001-33	104	0957	361-4	REFORMA	R\$ 59.999,99
11	13.204.698-0	10051845	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CLEVELÂNDIA	09.036.819/0001-83	104	0602	365-6	REFORMA	R\$ 99.373,72
12	13.162.753-0	10064841	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUAMIRANGA	09.430.481/0001-40	104	0401	198-7	REFORMA	R\$ 92.847,41
13	13.157.100-3	10052124	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU	09.202.632/0001-02	104	0956	242-6	REFORMA	R\$ 103.972,73
15	13.146.326-0	10052124	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU	09.202.632/0001-02	104	0956	242-6	REFORMA	R\$ 150.000,00
16	13.231.817-4	10055941	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI	09.485.333/0001-22	104	0390	384-1	REFORMA	R\$ 38.170,35
17	13.230.966-3	10064841	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUAMIRANGA	09.430.481/0001-40	104	0401	198-7	REFORMA	R\$ 123.866,65
18	13.177.491-5	10144458	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUMBATAÍ DO SUL	09.463.184/0001-09	104	0386	507-9	REFORMA	R\$ 133.529,46
19	13.230.608-7	10073331	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERTANÓPOLIS	10.901.090/0001-45	104	3634	005-6	REFORMA	R\$ 116.760,83
20	13.181.122-5	10120742	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TEBAS	09.588.897/0001-90	104	1946	285-8	REFORMA	R\$ 54.021,29